

## **Paisagem, raça e justiça ambiental em Macapá (AP): reflexões sobre a trama hídrica e sociorracial de uma cidade amazônica**

### **Landscape, race and environmental justice in Macapá (AP): discussions on the water system and socio-racial fabric of an Amazonian city**

### **Paisaje, raza y justicia ambiental en Macapá (AP): reflexiones sobre la trama del agua y el tejido socio-racial de una ciudad amazónica**

*Thales Barroso Miranda, Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFPA). Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA).*

*E-mail: thalesbmiranda@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-0262-8075>*

*Louise Barbalho Pontes, doutora em Urbanismo (UFRJ). Professora na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).*

*E-mail: louise.pontes@unifap.br  <https://orcid.org/0000-0001-5597-2956>*

*Matheus Cleber Melo Garcia, Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)*

*E-mail: matheusclebermg@gmail.com  <https://orcid.org/0009-0009-7798-5796>*

**Para citar este artigo:** MIRANDA, T.; PONTES, L.; GARCIA, M. Paisagem, raça e justiça ambiental em Macapá (AP): reflexões sobre a trama hídrica e sociorracial de uma cidade amazônica. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 121-141, 2023.

DOI 10.5935/cadernospos.v23n2p121-141



**Submissão:** 2023-03-12

**Aceite:** 2023-06-26

## Resumo

Nas cidades da Amazônia, o processo de urbanização mantém similaridades com as cidades do centro-sul do país, mas há um intenso entrelaçamento entre os processos sociais e os sistemas ambientais (água, vegetação e relevo), que conferem a idiosincrasia dessas paisagens, ao mesmo tempo que articula processos de degradação ambiental com segregação racial. Em que pese os avanços dos processos predatórios nesse contexto, este artigo busca compreender os processos de urbanização na cidade de Macapá, identificando sobreposições entre a transformação da sua trama hídrica e a exclusão da população negra. Para isso, adota uma abordagem qualitativa, combinada com análise documental e elaboração de cartografia, a qual engloba recortes espaciais da parte central e da área de expansão da cidade. A pesquisa tem como base os conceitos de planejamento da paisagem e de justiça ambiental e revela que o avanço da urbanização alterou o território por meio das mudanças das características biofísicas, de modo a gerar injustiça ambiental para determinados grupos sociais historicamente marginalizados.

**Palavras-chave:** Amazônia; Justiça ambiental; Planejamento da paisagem; Macapá.

## Abstract

In the cities of the Amazon, the urbanization process maintains similarities with the cities of the center-south of the country, but there is an intense interweaving between the social processes and the environmental systems (water, vegetation and relief), which confer the idiosyncrasy of these landscapes, while articulating processes of environmental degradation with racial segregation. Despite advances in predatory processes in this context, this article seeks to understand urbanization processes in the city of Macapá, identifying overlaps between the transformation of its water network and the exclusion of the black population. For this, it adopts a qualitative approach, combined with documentary analysis and cartography, which includes spatial clippings of the central part and the expansion area of the city. The research is based on the concepts of landscape planning and environmental justice and reveals that the advance of urbanization has altered the territory through changes in biophysical characteristics, in order to generate environmental injustice for certain historically marginalized social groups.

**Keywords:** Amazon; Environmental justice; Landscape planning; Macapá.

## Resumen

En las ciudades amazónicas, el proceso de urbanización mantiene similitudes con las ciudades del centro-sur del país, pero existe un intenso entrecruzamiento entre



los procesos sociales y los sistemas ambientales (agua, vegetación y relieve), que le confieren la idiosincrasia de estos paisajes, al mismo tiempo que articula procesos de degradación ambiental con segregación racial. A pesar de los avances en los procesos de depredación en este contexto, este artículo busca comprender los procesos de urbanización en la ciudad de Macapá, identificando superposiciones entre la transformación de su red de agua y la exclusión de la población negra. Para ello, adopta un enfoque cualitativo, combinado con análisis documental y cartográfico, que incluye recortes espaciales de la parte central y la zona de expansión de la ciudad. La investigación se basa en los conceptos de ordenamiento del paisaje y justicia ambiental y revela que el avance de la urbanización ha alterado el territorio a través de cambios en las características biofísicas, con el fin de generar injusticia ambiental para ciertos grupos sociales históricamente marginados.

**Palabras clave:** Amazonía; Justicia ambiental; Planificación del paisaje; Macapá.

## INTRODUÇÃO

Estruturar a cidade a partir do planejamento da paisagem não é algo recente. Desde o século XIX, há diretrizes de como planejar o território pela combinação da análise espacial do campo da geografia por meio de uma relação intrínseca com estudos funcionais do campo da biologia (Metzger, 2001). Com o aprofundamento dos estudos da arquitetura da paisagem na escala urbana desde McHarg (1969), passando pelos autores que aprofundaram suas teorias e métodos, como Spirn (1995) e Hough (1995), ou mais contemporaneamente, Corner (2006), com o crescente avanço do pensamento ecológico global e a sistematização de conceitos advindos da ecologia da paisagem (como a infraestrutura verde e soluções baseadas na natureza), o arcabouço da ciência tem se ampliado na busca do enfrentamento dos problemas ambientais urbanos. Desse modo, planejar a paisagem tornou-se fundamental para o planejamento urbano.

Por outro lado e de forma complementar, outro conceito que tem sido amplamente debatido é o de justiça ambiental, que expressa o tratamento justo e participativo de pessoas na formulação e ação de políticas públicas, leis e regulações ambientais, inclusive no planejamento da paisagem, independentemente de cor, raça, gênero ou qualquer outra característica (Bullard, 1990). Nesse sentido, é possível compreender a injustiça ambiental como um mecanismo utilizado por sociedades desiguais, que visam direcionar os principais impactos dos danos ambientais para a população mais pobre, grupos sociais de trabalhadores e populações marginalizadas (Herculano, 2002).

A estruturação do espaço urbano pautada por soluções socioambientais sem criar outro regime ambiental (ou hidrológico) nas cidades, ao mesmo tempo que garante a proteção ambiental igualitária, sem segregação socioterritorial e desigualdade ambiental para nenhuma classe, raça ou gênero de modo desproporcional



é uma premissa do planejamento da paisagem associada aos princípios da justiça ambiental. Embora existam poucos estudos no campo do planejamento da paisagem que busquem compreender recortes e entrelaçamentos raciais, sobretudo em contexto amazônico, há possibilidades do campo auxiliar na luta contra diversas desigualdades, por meio da reflexão-ação sobre os modos de habitar, circular e viver no território reduzindo a degradação ambiental, um dos princípios da justiça ambiental.

No Brasil, a integração entre justiça ambiental e o planejamento da paisagem é recente. O termo foi introduzido de modo sucinto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e na Conferência da ONU em 1992, que buscava alternativas ao modelo de desenvolvimento econômico que impacta a vida de determinados grupos mais desfavorecidos. Somente a partir do século XXI o termo ganhou notoriedade ao ser utilizado para desvendar os impactos negativos dos resíduos tóxicos das indústrias do estado do Rio de Janeiro e nas grandes obras de infraestrutura (ex.: construção da Usina de Belo Monte, no estado do Pará).

A associação dos dois conceitos é utilizada neste artigo, que busca compreender os processos de urbanização na cidade de Macapá, identificando sobreposições entre a transformação da sua trama hídrica e a exclusão da população negra (Figura 1). Macapá é um território entrecortado pelas águas que teve um crescimento lento até a descoberta do manganês, na metade do século XX. A partir de então, começaram os processos de modernização que trouxeram consigo a ampliação da mancha urbana pela supressão vegetal e aterramentos de áreas inundáveis, além da “higienização” das áreas centrais e expulsão dos povos negros para zonas mais afastadas. Os processos de degradação ambiental atravessavam os diversos planos urbanísticos propostos ao longo da história e continuam a se ampliar em direção às áreas de proteção ambiental e comunidades tradicionais.

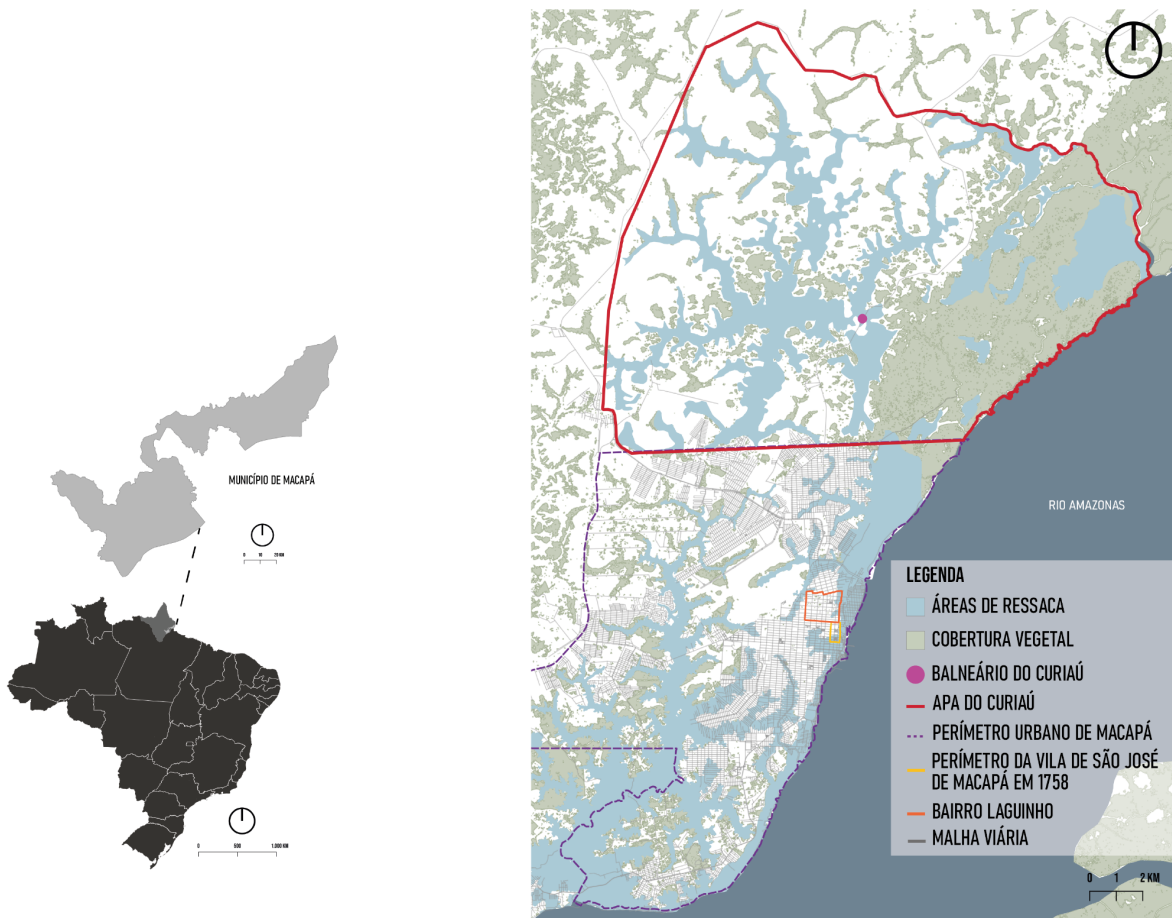


Figura 1: Cidade de Macapá/AP. Fonte: IBGE, 2010; PMM, 2004; MMA, 2020. Elaborada pelos autores.

A argumentação dos pressupostos da pesquisa parte da contextualização histórica e das análises de três períodos diferentes com base em documentos, cartografias e imagens disponíveis. A primeira análise investiga o desenho urbano, em contexto pombalino, proposto por Gronsfeld, datado de 1758, analisado a partir de Araújo (1998). Em seguida, foi estudado o período iniciado com a transformação do Amapá em Território Federal, em 1943, sendo Macapá a capital, com base, principalmente, no Plano da Fundação João Pinheiro (FJP) de 1973. O último interstício analisado corresponde à elevação do Amapá à categoria de Estado, em 1988, até a instituição, em 2004, do Plano de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDUAM), Plano Diretor ainda vigente (PMM, 2004).

Somado à argumentação histórica, discutem-se os atuais conflitos socioterritoriais da franja urbana da cidade, especificamente a Área Quilombola e de Proteção Ambiental do Curiaú – uma área protegida e de populações tradicionais que sofre pressão para mudança de uso do solo e avanço da urbanização sem ordenamento territorial adequado. A análise dos três períodos relativos aos planos e os exemplos atuais dos processos urbanos contribuem para a reflexão sobre como ocorrem as mudanças de uso do solo e a apropriação do uso das águas na cidade de Macapá, expondo os conflitos socioambientais e as principais alterações biofísicas.



As discussões deste artigo ampliam o debate sobre o planejamento urbano de Macapá e podem orientar mudanças nas medidas estatais de proteção de áreas de preservação, bem como uma atenção especial quanto à questão da especulação imobiliária que avança pelos espaços abertos da cidade, ao mesmo tempo que alguns grupos sociais são remanejados ou sofrem pressão para sua retirada. São os desafios de uma cidade amazônica de porte médio, com 1,8% do PIB de São Paulo, que segue padrões de ocupação urbana similares, mesmo que sua realidade biofísica, social e racial seja diferente das cidades do centro-sul do Brasil.

### **Macapá: um contexto histórico de sobreposição de corpos hídricos e comunidades tradicionais**

O território que abrange a cidade de Macapá teve seu processo de urbanização atrelado às condições biofísicas preexistentes. A adoção de uma localização estratégica, definida pelos colonizadores portugueses, veio do desejo de ocupação da foz do Rio Amazonas para proteção contra invasores de outros países europeus (Araújo, 1998). Entrecortada por diversos corpos hídricos, como lagos e igarapés, a cidade desenvolveu historicamente uma relação peculiar com as águas durante o seu processo de urbanização (Pontes, 2021).

Fundada no período pombalino (século XVIII) e escravocrata no Brasil, a Vila de São José foi planejada para ser um ponto estratégico na foz do Rio Amazonas e um modelo de cidade ideal para a região. O desenho urbano elaborado por Gaspar Gronsfeld em 1758 levou em consideração aspectos biofísicos como a hidrografia, a topografia e o clima do local. Por isso, a forma e a orientação dos lotes são favoráveis ao vento e à insolação, oportuno em um clima equatorial (quente e úmido).

Além disso, a proposta baseou-se apenas na ocupação das cotas mais altas, sem interferir no ciclo das cotas mais baixas e inundáveis (Araújo, 1998), inclusive com a demarcação e descrição de um lago intermitente e sazonal (ao sul). Assim, há destaque a uma grande faixa de transição entre o parcelamento do solo e as margens do Rio Amazonas (a leste) nas áreas de cotas mais baixas, que juntas permitiriam o movimento das águas e contornavam a nova Vila (Figura 2).





Figura 2: Planta da Vila de São José de Macapá por Gronsfeld. Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Araújo, 1998.

Enfatiza-se que o comércio de pessoas escravizadas para compor a mão de obra dos surtos econômicos na Província do Grão-Pará foram preponderantes nesse período. E assim como em qualquer cidade da mesma época no Brasil, pessoas escravizadas não tinham direitos, e a destinação dos lotes ou moradias adequados ao sítio físico da recente Macapá não lhes pertenciam, mesmo que correspondessem a 20% da população (Bezerra Neto, 2001).

Em fotografias encontradas no Relatório de Augusto Montenegro (1908), constatou-se que as águas não eram apenas limites dessa geografia, pois a população local



se apropriou dos rios e lagos, em especial às margens do Rio Amazonas, para a realização de atividades espontâneas, o que demonstra a relação histórica entre os moradores e as águas (Pontes, 2021). Esses registros também revelam questões de gênero, classe e raça (Macedo, 2020) – enquanto os corpos brancos aparecem com maior frequência nos novos espaços modernizados (como clubes e piscinas), os corpos negros aparecem nas margens das águas e nas imediações dessas novas tipologias de cidade associadas a uma ideologia de progresso. Observa-se na Figura 3 mulheres negras lavadeiras à beira do Rio Amazonas em Macapá, no ano de 1908 (20 anos após o fim da escravidão).

**A**



**B**



*Figura 3: A – Lavadeiras e pescadores às margens do Rio Amazonas em Macapá. B – Lavadeiras no Igarapé das Mulheres, espaço de bordas da cidade. Imagens do Relatório de Augusto Montenegro de 1908. Fonte: Acervo da Secult/PA. Adaptada pelos autores.*

Durante quase dois séculos, a paisagem passou por poucas alterações, sendo o próximo período de crescimento urbano iniciado apenas com a criação do





Território Federal do Amapá (de 1943 a 1988), que pretendia modernizar a cidade de Macapá para se tornar uma capital. Contudo, essas estratégias de modernização perpassam não apenas pela homogeneização da paisagem e dos modos de vida, mas também por processos de injustiça ambiental.

Ainda na década de 1940, o então governador do Território Federal, Janary Nunes, ordenou a remoção dos moradores da comunidade negra Vila Santa Engrácia e os realocou em uma área inundável, que posteriormente se tornaria o bairro com maior filiação à cultura negra de Macapá, atualmente bairro do Laguinho (Pessoa; Venera, 2015).

O bairro do Laguinho foi originalmente denominado Julião Ramos (em homenagem ao líder da comunidade negra em questão), mas ficou conhecido pelo nome mais genérico de “Laguinho” por conta de um poço construído na beira de um lago, onde as mulheres da comunidade costumavam lavar roupas (Pessoa; Venera, 2015). Atualmente, o lago está aterrado e o bairro tende a processos de adensamento formal e informal, sem mecanismos de assegurar à população mais pobre uma provisão de infraestrutura, o que, com o conseqüente aumento do preço da terra, ocasiona a expulsão, mais uma vez, dessa população vulnerável para áreas mais afastadas da cidade, enquanto se agravam as tensões socioambientais (Figura 4).

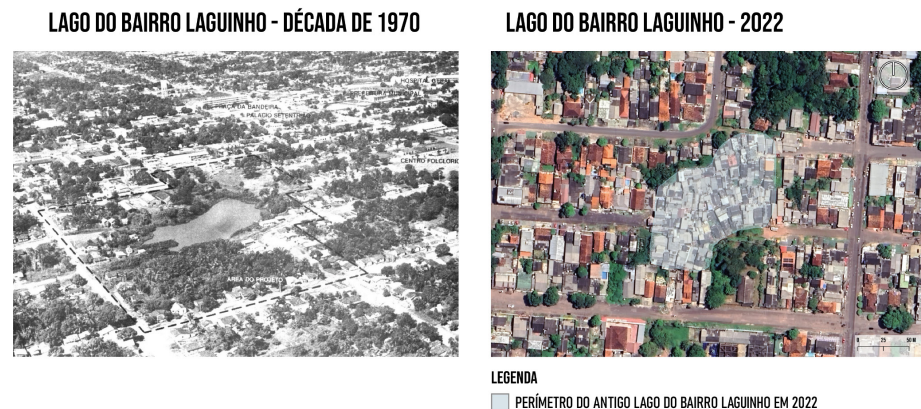


Figura 4: Lago do bairro Laguinho na década de 1970 e em 2022. Fonte: Porta Retrato Macapá/ Amapá, 2019; Google Earth, 2022. Adaptada pelos autores.

Durante as quatro décadas do Território Federal, diversos planos foram elaborados para a cidade de Macapá. Dentre estes, o Plano da Fundação João Pinheiro (FJP) de 1973 teve maior aderência (Tostes, 2006). Este plano foi desenvolvido nas últimas décadas desse período e orientou o crescimento urbano da cidade por meio do zoneamento, da expansão do sistema viário e da previsão de áreas de expansão.

A análise do Plano revelou que o lago ao sul da vila de desenho colonial não existia mais (como visto na Figura 2). O antigo limite da vila foi superado devido ao canal de drenagem e ao aterramento das áreas inundáveis. O ideário de modernização esteve vinculado ao Plano Nacional de Saneamento (Planasa), cujo paradigma de intervenção utilizava o discurso de combate às doenças de veiculação hídrica e a

ocupação precária em áreas inundáveis. Entretanto, o empenho esteve em utilizar o saneamento como condutor do crescimento urbano pelo aterramento de áreas inundáveis e a consequente criação de terra para o mercado.

Em algum grau, o Plano reconheceu as características biofísicas da cidade na formulação de diretrizes e definição de espaços específicos de atendimento ao lazer e à recreação, principalmente nas áreas menos urbanizadas, afastadas e de cotas mais baixas da cidade (inundáveis), indicadas pelo Plano como “recreação espontânea”. Contudo, de modo geral, o Plano manteve certa homogeneização da paisagem, seguindo os moldes aplicados em outras regiões do país e distanciando-se de uma cidade amazônica que tem o movimento das águas como indicador do ordenamento territorial (Pontes, 2021).

No período iniciado com a elevação do Amapá para a categoria de Estado, em 1988, observaram-se usos mais instrumentalizados das águas, especialmente em Macapá. Devido ao crescimento demográfico, o crescimento urbano continuou a se sobrepor às áreas inundáveis, que passaram a ser ocupadas ou aterradas. É nesse contexto que ocorreu a consolidação do processo de ocupação das denominadas “áreas de ressacas” (Carvalho, 2020).

As ressacas são áreas que permanecem inundáveis ou alagáveis o ano inteiro e constituem sistemas físicos fluviais drenados por água doce e ligadas a um curso principal de água, influenciadas pela pluviosidade. Atualmente, muitas dessas áreas apresentam um grande comprometimento na realização de suas funções naturais devido ao avanço das ocupações informais. O processo de adensamento dessas áreas interrompe o processo natural de escoamento e drenagem de águas, gerando degradações ambientais e sociais, inundações e assoreamento (Carvalho, 2020).

Parte do avanço da urbanização em Macapá ocorreu por conta da transformação de um cinturão hídrico de ressacas composto a leste pelo Rio Amazonas, ao norte pelo canal do Jandiá e a ressaca do Pacoval, a sudoeste pela Lagoa dos Índios e suas áreas de ressaca interligadas. Juntos, esses corpos hídricos delimitaram a cidade (Figura 5) (Pontes, 2021). Esse processo não ocorreu sem deixar um lastro de degradação ambiental e de segregação social e racial.

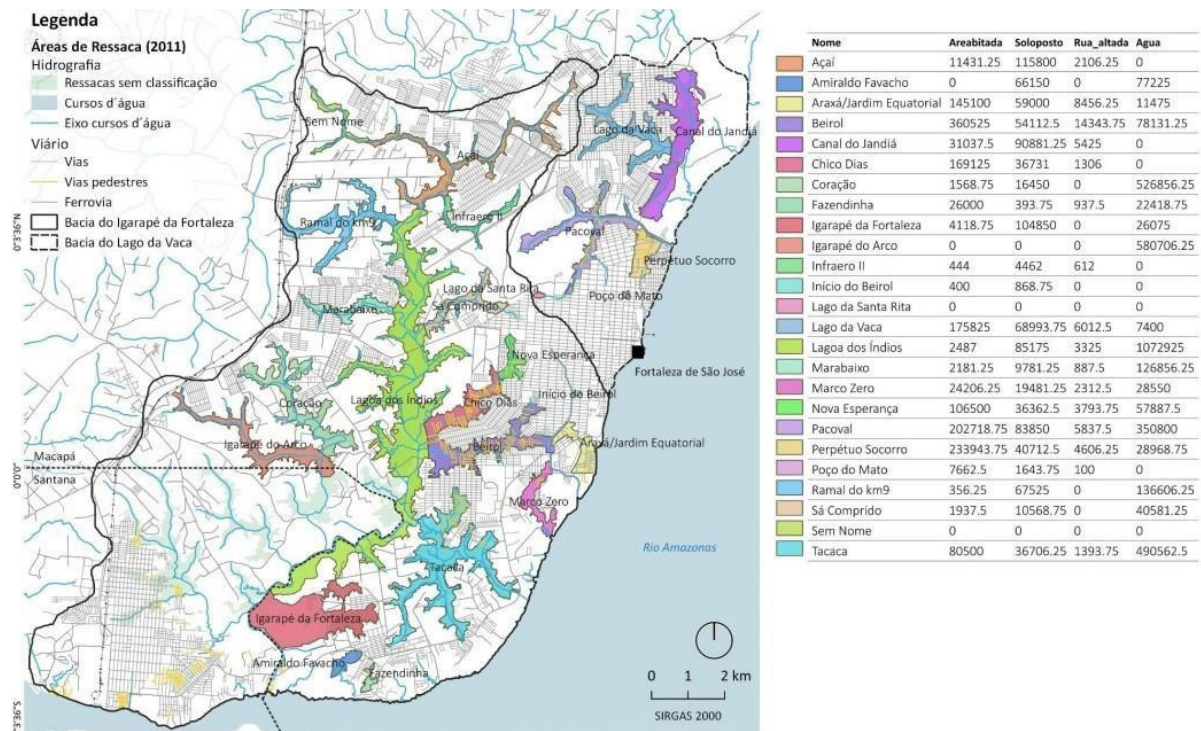


Figura 5: Áreas de ressaca de Macapá. Fonte: Matsunaga (2021).

Em 2004 foi definido o Plano Diretor de Macapá, que apresentou diferenças significativas em relação aos planos anteriores, mesmo com poucas décadas entre eles. Nesse plano, é possível notar que ocorreram ocupações nas ressacas do Pacoval (norte) e do Beírol (sul), além da transformação da frente da cidade às margens do Rio Amazonas (leste), onde, por meio de diversos aterros e muros de arrimo, foi construída a orla de Macapá, em uma região anteriormente formada por cotas mais baixas e que apresentava uma configuração de praias, falésias (que também enfrentavam a ocupação informal) (Pontes, 2021).

O PDUAM, vigente até o momento, apesar de apresentar propostas de reconhecimento e recuperação dos corpos hídricos degradados, não detalhou de forma mais ampla como essas medidas seriam trabalhadas, e as complexidades das relações urbanas com a água ainda persistem e estão cada vez mais agravadas. Por isso, historicamente houve agravamento dos riscos ambientais para determinadas pessoas e de acordo com os dados oficiais, 39,3% da população negra e que ganha até dois salários mínimos reside em áreas de risco à inundação (IBGE, 2010; CPRM, 2015).

Com base na análise desses três períodos históricos, é perceptível que a relação de Macapá com seus corpos hídricos foi cada vez mais negligenciada com o passar das décadas. A imposição de um padrão de cidadão e modelo de urbanização hegemônico foi paulatinamente apagando as águas, as vivências e os saberes específicos da cidade. Particularmente para pessoas negras e pobres, a remoção, a negligência do Estado e a destinação de áreas inundáveis para moradia informal e sem infraestrutura adequada efetivaram a injustiça ambiental e a tornaram

regra no planejamento. Entretanto, para as comunidades tradicionais e áreas de proteção ambiental na franja urbana da cidade (protegidas por leis específicas), há indícios de sobreposição da urbanização e pressão para mudança do uso do solo, como se vê na seção a seguir.

### **O Curiaú e a vivência negra entre as águas**

Mudanças de uso do solo e o avanço da mancha urbana nas áreas essenciais para a manutenção da vida e da biodiversidade local ocorrem com cada vez mais frequência, principalmente na expansão direcionada ao norte do município, no qual existe uma comunidade quilombola chamada Curiaú. A comunidade está distante cerca de 15 quilômetros do centro de Macapá e é formada predominantemente por pessoas negras descendentes de pessoas escravizadas. Engloba dois pequenos núcleos populacionais (Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora) com cerca de 1 quilômetro de distância entre os dois.

A origem do Curiaú é incerta, mas é associada com a construção da Fortaleza de São José de Macapá, na segunda metade do século XVIII, período em que foram trazidas para a cidade as primeiras pessoas escravizadas para as obras da fortificação. A comunidade está relacionada com a cultura do Amapá e é conhecida em toda a região, especialmente por seus pontos turísticos e suas festividades.

As manifestações culturais realizadas no Curiaú, em geral, são heranças da cultura afro-brasileira e relacionadas à religiosidade, que incluem ladainhas, batuques (manifestação típica das comunidades negras do Amapá), novenas e danças de marabaixo (dança típica do Amapá). A economia local é baseada principalmente na agricultura familiar, com o cultivo de arroz, cana-de-açúcar, abacaxi, entre outros. Além disso, na região ocorre a criação de gado e pesca (Brito; Bastos; Farias, 2017).

O território da comunidade apresenta áreas de terra firme e campos de várzea, contando ainda com vegetações características do cerrado, mata de galeria e mata de várzea (Figura 6). Outra importante característica da área é a paisagem composta por elementos naturais, incluindo o Rio Curiaú. Com aproximadamente 584,47 km<sup>2</sup>, a bacia do Rio Curiaú inclui lagos temporários (com períodos de estiagem) e permanentes (sendo o Bonito e o Tapera os principais), que representam o sistema de drenagem do território (Brito; Bastos; Farias, 2017).





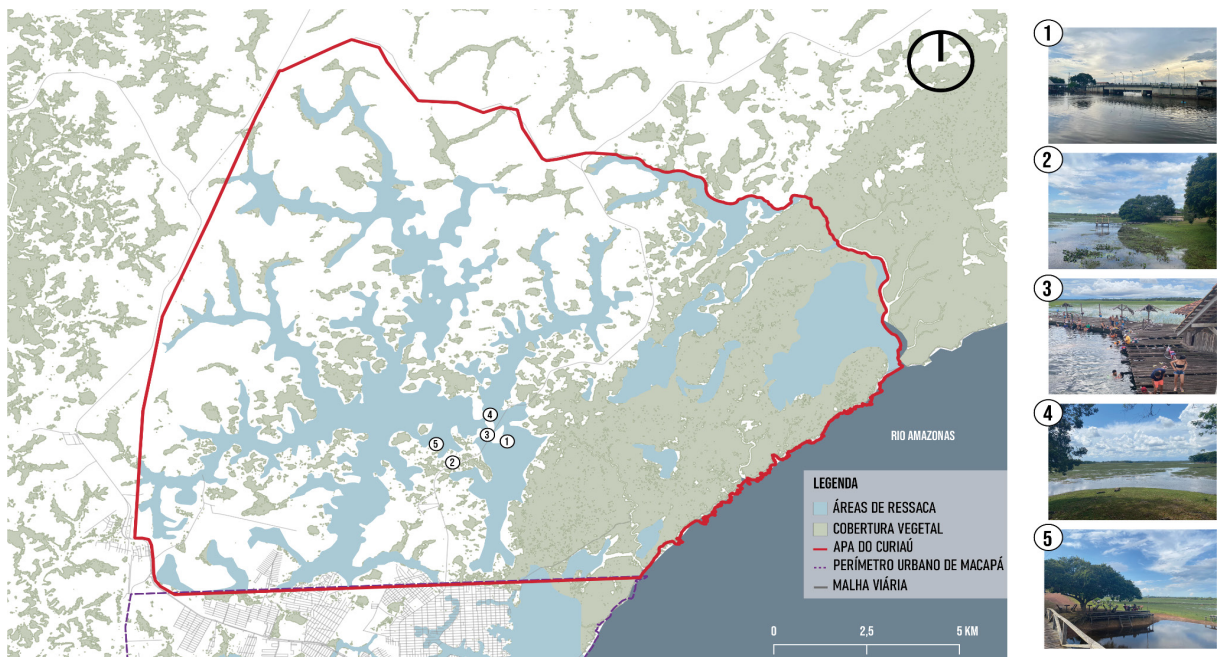


Figura 6: APA do Curiaú. Fonte: IBGE (2010); PMM (2004); MMA (2020). Acervo dos autores, 2022. Elaborada pelos autores.

O rio também apresenta um dos principais pontos turísticos de Macapá: o Balneário do Curiaú é um dos dois únicos espaços abertos ao banho recreativo planejados da cidade (Garcia; Vasconcelos; Pontes, 2022). O balneário contém um espaço público em madeira que contorna uma pequena área do rio, dispondo de mesas e quiosques para os visitantes (Figura 7). Apesar de ser frequentado por moradores de todas as partes da cidade e turistas, a maior parte do público do balneário reside no perímetro urbano mais próximo do local (Zona Norte de Macapá), que carece de outros espaços para banho similares a este.



Figura 7: Vista aérea do Balneário do Curiaú. Fonte: Dos autores, 2022.



O constante avanço da mancha urbana em direção à Zona Norte de Macapá resultou, em 1998, na criação da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú (APA do Rio Curiaú). A APA abrange cerca de 22 mil hectares e engloba as vilas de Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora, e comunidades Mocambo, Pirativa, Pescada, Curralinho, Casa Grande e Extrema (Figura 8). Naquele momento, existiam três bairros no seu entorno – Novo Horizonte, Jardim Felicidade 1 e Jardim Felicidade 2 –, que surgiram a partir de loteamentos clandestinos durante a década de 1980.

Graças ao avanço e ao reconhecimento dos direitos territoriais e à organização das comunidades, em 1999, as vilas de Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora foram definidas como Territórios Remanescentes de Comunidades Quilombolas (TRCQ) e, em 2003, a comunidade Extrema foi incluída (Brito; Bastos; Farias, 2017). Brito, Bastos e Farias (2017) explicam que a definição de quilombo para as três comunidades foi parte da estratégia do Estado em conter o avanço da ocupação urbana, uma vez que os TRCQ possuem legislação e diretrizes próprias e restritivas. Contudo, há pelo menos cinco comunidades com características semelhantes que não foram incluídas, o que ocasiona conflitos internos na APA e externos com a pressão para expansão urbana.

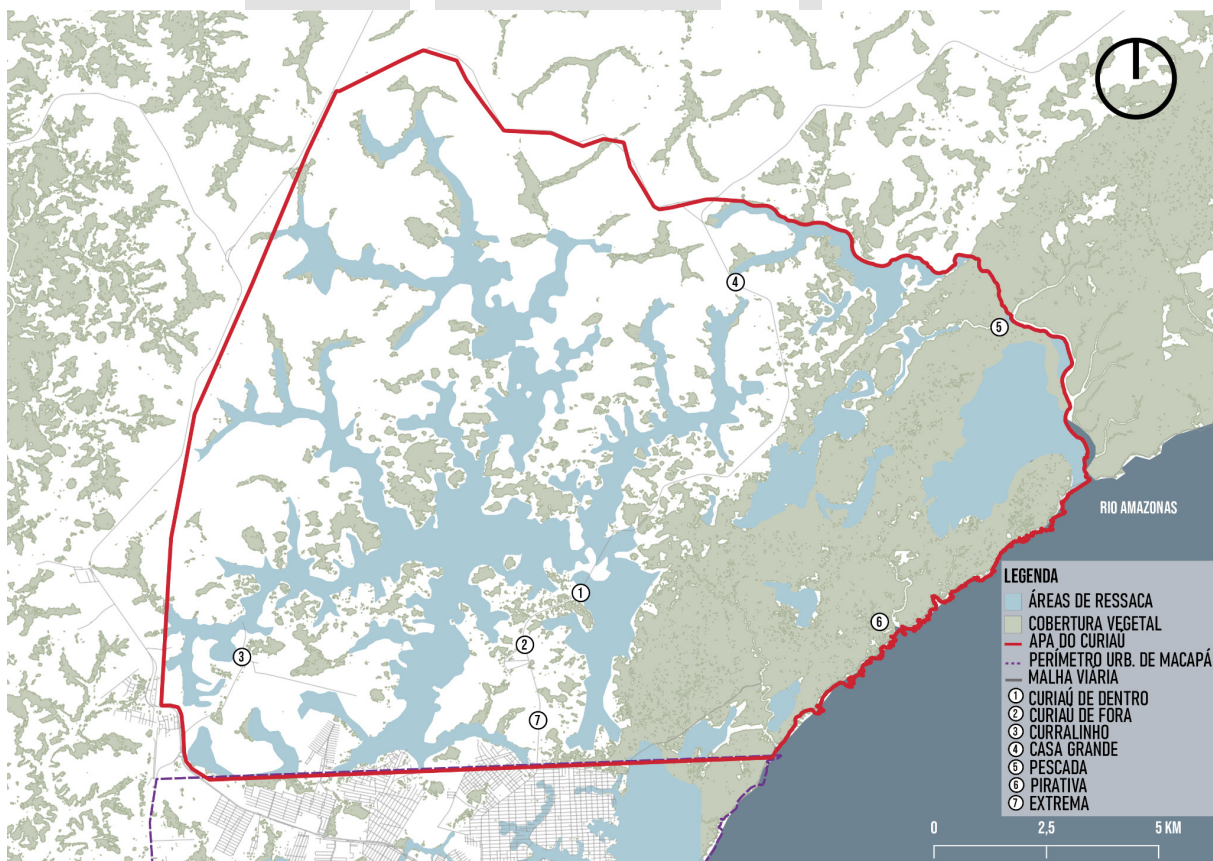


Figura 8: APA do Rio Curiaú com as comunidades. Fonte: IBGE (2010); PMM (2004); MMA (2020). Elaborada pelos autores (2022).

Com o Plano Diretor de 2004, os limites urbanos e de proteção ambiental municipal coincidiram com a delimitação da APA e do TRCQ. Os bairros adjacentes foram definidos como zona prioritária para infraestrutura urbana, contudo pouco se tratou





como os elementos biofísicos poderiam ser direcionados e tratados nessa área precária. Como visto na seção anterior, o Plano foi genérico nas suas proposições e baseou-se apenas no zoneamento, sem detalhamento de como o relevo, a vegetação, o microclima e a água poderiam contribuir com o ordenamento territorial.

A ausência do planejamento da paisagem não foi o único agravante. Devido à falta de fiscalização pelos órgãos ambientais e urbanísticos, à efetividade do ordenamento territorial municipal e ao aumento da especulação imobiliária nas áreas centrais de Macapá, houve a ocupação de parte da APA por ocupações espontâneas e loteamentos clandestinos, formada majoritariamente por pessoas de baixa renda e sem acesso à terra urbanizada. A introdução desses novos agentes na APA ocasionou a degradação ambiental pela poluição dos cursos d'água (ausência de saneamento básico) e supressão da cobertura vegetal, o que intensificou os conflitos com comunidades tradicionais que ali vivem e dependem da pesca e da agricultura para sobreviver (Queiroz, 2007).

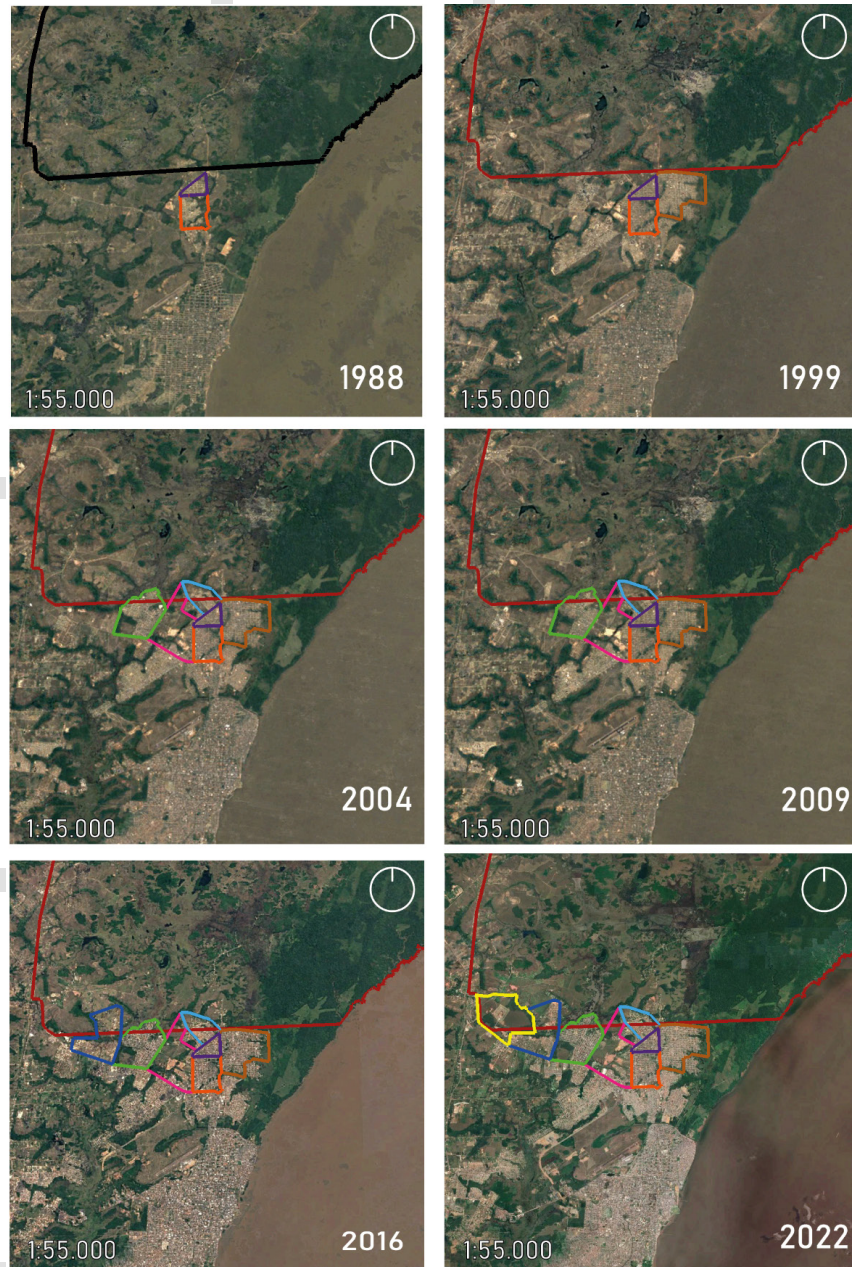
Além da ocupação informal, desde a década de 2010, observa-se a incorporação de condomínios fechados na APA em áreas de fácil acesso, como à beira dos principais eixos viários, em relevo plano e acima das cotas de inundação. O caso mais recente é o condomínio Palácio das Águas, que está em fase de construção e seguiu os paradigmas de obra a partir da terraplanagem, da retirada da cobertura vegetal para incorporar espécies exóticas, cercas e muros no perímetro da gleba e da criação de lagos artificiais (mesmo margeado pelas áreas de ressacas), estratégias para atrair a população de alta renda e assim ter uma mudança de perfil na Zona Norte de Macapá e na APA do Curiaú.

A ausência do controle urbanístico é somada à falta de plano de manejo vigente da APA, que possui estudo elaborado em 2007 com parâmetros que poderiam atenuar os efeitos predatórios que ameaçam a região, como: gabarito de 8,5 metros; licenciamento ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá (Sema) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para obras maiores que 150 m<sup>2</sup>; proibição de lançamento de resíduos nos cursos d'água e demais normas de controle e resguardo da biodiversidade e da manutenção dos quilombos. Contudo, sem a publicação no *Diário Oficial da União*, o estudo – que poderia se tornar um Plano de Manejo – não tem valor legal e a APA do Curiaú torna-se vulnerável às mudanças de uso do solo, perfil populacional e degradação ambiental.

Ao longo do tempo, observa-se o avanço da mancha urbana dentro da APA do Curiaú (Figura 9), inclusive com a delimitação oficial de bairros e condomínios fechados. Os bairros Ipê, Boné Azul e Brasil Novo avançam em direção ao território da comunidade Extrema, enquanto o Novo Horizonte segue em direção ao Rio Curiaú, que, caso não passe por ação restritiva, possivelmente terá parte de sua área constituída por assentamentos precários. Os condomínios fechados Jardim das Acácias e Palácio das Águas têm direcionamento para perfis de população diferentes, mas seguem o mesmo padrão de obra descolado da realidade



amazônica. As dinâmicas apresentadas são processos históricos e contínuos de injustiça ambiental para os moradores das vilas e comunidades da APA do Curiaú e para aqueles que não têm acesso à cidade e tendem a formar grandes porções de pobreza e degradação ambiental na periferia de Macapá.



**LEGENDA**

- Pré-criação da APA do Rio Curiaú
- APA do Rio Curiaú
- Bairro Jardim Felicidade I
- Bairro Jardim Felicidade II
- Bairro Novo Horizonte
- Bairro Brasil Novo
- Bairro Boné Azul
- Bairro Ipê
- Condomínio Jardim das Acácias
- Condomínio Palácio das Águas

Figura 9: Cronologia do avanço da urbanização em direção à APA do Curiaú. Fonte: IBGE (2010); PMM (2004); MMA (2020); Google Earth (1988, 1999, 2004, 2009, 2016 e 2022). Elaborada pelos autores.



Além das comunidades, o Balneário do Curiaú é um retrato da falta de fiscalização e manutenção do espaço público em áreas de proteção ambiental de Macapá. Durante visita de campo em agosto de 2022, encontrou-se o píer, malocas e o restante da estrutura de madeira em estado de degradação, o que impede o uso de banho do rio ou o acesso à contemplação em um local símbolo de recreação da cidade (Figura 10). Compreende-se que a falta de manutenção pode ser vista como uma estratégia de marketing político, considerando que o local costuma ser revitalizado pelo poder público próximo dos meses em que ocorrem as férias escolares (junho/julho), período em que há um maior número de visitantes.



Figura 10: Fotografia do Balneário do Curiaú em 2019 e em 2022. Fonte: Acervo dos autores.

Nesse sentido, observa-se que a trajetória de avanço da mancha urbana para a porção norte do município tem características semelhantes às orientações dos planos antigos e ao modo de execução da urbanização, que tem como base as mudanças das características biofísicas a partir da supressão vegetal, do aterramento de áreas inundáveis, da movimentação de terra para a formação de grandes massas construídas, densas e que pouco têm relação com o seu *habitat*, algo ordinário na urbanização brasileira. Ademais, é perceptível o descaso por parte do Estado de espaços públicos à beira de rio que não são utilizados pela classe dominante da cidade e podem favorecer o mercado, por exemplo, a manutenção constante da orla do Centro em detrimento do Balneário Curiaú<sup>1</sup>.

Mudanças de uso do solo, expulsão de populações para favorecimento de algumas classes sociais e aumento de terra para o mercado são um assunto consolidado nos estudos urbanos no Brasil (Maricato, 2000; Villaça, 1998), o *modus operandi* da urbanização brasileira. No entanto, para Macapá, que é uma cidade típica da Amazônia, com grandes extensões de terras inundáveis, relevo plano, com baixa declividade, entrecortada por inúmeros rios e que faz parte do estado com o terceiro menor PIB do país (IBGE, 2021), a urbanização baseada na homogeneização do espaço com ausência do planejamento da paisagem e justiça ambiental pode onerar os serviços de infraestrutura, aumentar o custo de

<sup>1</sup> A obra de manutenção do Balneário Curiaú foi publicada no *Diário Oficial do Município de Macapá* em 9 de agosto de 2022, com valor de R\$ 1.893.731,31. O prazo é de três meses e até o começo de junho de 2023 a obra não tinha sido inaugurada.





vida, agravar problemas ambientais e sociais, ocasionar degradação ambiental irreversível e direcionar desproporcionalmente efeitos negativos da urbanização para a parcela mais pobre da região (majoritariamente negra).

A negligência de ações efetivas em uma área sensível ambientalmente e historicamente ocupada por populações tradicionais que mantêm relação intrínseca com a região pode ter efeitos negativos irreversíveis e imensuráveis. Afinal, no contexto de mudanças climáticas e aumento do nível do mar, suprimir vegetação, aterrar áreas inundadas, impermeabilizar o solo e utilizar tecnologias dos países centrais sem o potencial econômico destes não são soluções para as cidades amazônicas, especialmente Macapá.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A associação do planejamento da paisagem com diretrizes concretas de justiça ambiental é fundamento para a manutenção tanto da biodiversidade quanto da cultura encontrada no território da APA do Curiaú, cuja diversidade típica de uma cidade amazônica está sob ameaça de uma expansão urbana precarizada, repetindo padrões de urbanização que geraram grandes tensões socioambientais, que já ocorreram no passado nesse mesmo contexto. O campo do planejamento da paisagem sozinho não garante esta manutenção a longo prazo, afinal, o território está em constante mudança e precisa ser associado a questões econômicas e sociais para não se tornar um descompasso no planejamento urbano.

A análise dos planos desenvolvidos para Macapá expõe que, apesar de ter sido originalmente elaborada como um modelo de cidade amazônica, o abandono por quase dois séculos, somado às transformações políticas e à utilização de estratégias de planejamento urbano aplicadas em regiões onde as questões socioambientais apresentam um contexto diferente, fizeram com que esse ideal fosse perdido no processo de urbanização. Apesar de o plano vigente pontuar algumas medidas de manutenção e recuperação de áreas inundáveis, não foram apresentadas ações efetivas para alcançar tais feitos e, quase duas décadas depois, é possível notar que esses problemas apenas se agravaram.

Em relação às comunidades tradicionais, baseando-se em transformações históricas ocorridas nas últimas décadas no desenho urbano de Macapá, é possível notar que estas ainda correm risco de ser sobrepostas pela urbanização. No caso do Curiaú, apesar de estar inserido em uma Área de Proteção Ambiental e ser reconhecido como Território de Comunidades Remanescentes de Quilombos, não lhe é assegurada a manutenção de seus espaços, já que estes ainda carecem de parâmetros, diretrizes específicas, plano de manejo e fiscalização adequadas para que não ocorram as sobreposições anteriormente vistas na região (a exemplo do bairro do Laguiño).



Embora exista uma longa trajetória de planos, projetos e práticas urbanas que reforçaram a injustiça ambiental em Macapá, o Curiaú tem um potencial que pode ser explorado para pensar o planejamento da paisagem em direção à justiça ambiental nas franjas urbanas, à medida que utilizar os potenciais hídricos, os modos de vida das populações tradicionais e o setor terciário da economia para a criação de um sistema de espaços abertos pela cidade, com zonas de turismo, proteção ambiental, contemplação, amortecimento das cheias, agricultura e conhecimento científico de pesquisa e inovação em uma região que apresenta a singularidade de ter dois biomas. Afinal, planejar a paisagem em um ecossistema tão diverso e complexo e com populações que mantêm hábitos tão intrínsecos com este *habitat*, é um dos grandes desafios dos urbanistas e planejadores urbanos da Amazônia.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: Faup, 1998.
- BEZERRA NETO, J. *Escravidão negra no Grão-Pará*. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- BRITO, D.; BASTOS, C.; FARIAS, R. Ambiente, cultura e territorialidade na Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú - AP. *Ciência Geográfica*, v. 21, n. 2, 2017.
- BULLARD, R. *Dumping in Dixie: race, class, and environmental quality*. New York: Routledge, 1990.
- CANTUÁRIA, E. *APA do Rio Curiaú e a cidade de Macapá: relações sociais, jurídicas e ambientais*. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2011.
- CARVALHO, B. *Habitação popular na Amazônia: o caso das ressacas na cidade de Macapá*. Curitiba: Appris, 2020.
- CORNER, J. *Terra Fluxus in Waldheim*. Princeton: The Landscape Urbanism, 2006.
- COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (CPRM). *Cartas de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações*. Belém: CPRM., 2015. [Cartografia digital, formato shapefile].
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDU)*. Macapá: Ministério do Interior, 1973.
- GARCIA, M.; VASCONCELOS, A.; PONTES, L. A cidade no estuário do Rio Amazonas: mapeando apagamentos e sobrevivências na convivência com as águas na cidade de Macapá-AP. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO NAS ESCOLAS DE ARQUITETURA DO BRASIL*, 16., 2022, Cuiabá. *Anais [...]*. Cuiabá: Enepea, 2022.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2010*. Resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 7 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Contas regionais Amapá PIB 2019*. Macapá: Seplan, 2021. Disponível em: [https://editor.amapa.gov.br/arquivos\\_portais/publicacoes/SEPLAN\\_d186d52e74e6c70dc12e7a5a62a8c380.pdf](https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEPLAN_d186d52e74e6c70dc12e7a5a62a8c380.pdf). Acesso em: 7 jan. 2023.

HERCULANO, S. *Riscos e desigualdade social: a temática da justiça ambiental e sua construção no Brasil*. Indaiatuba: Encontro da ANPPAS, 2002.

HOUGH, M. *Cities and natural process*. Londres: Routledge, 1995.

MACEDO, L. *Janarismo em foco: a representação fotográfica da cidade de Macapá durante a formação do Território do Amapá (1944-1956)*. 2020. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado. Metrôpoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 4, 2000.

MATSUNAGA, M. *Quando a água vira cidade: urbanização e moradia em Macapá, AP*. 2021. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

McHARG, I. *Design with nature*. New York: American Museum of Natural History, 1969.

METZGER, J. O que é ecologia de paisagens? *Biota Neotropica*, Campinas, v. 1, n. 1, 2001.

PESSOA, M.; VENERA, R. (Re)pensando o passado e o presente dos afrodescendentes a partir da Fortaleza de São José de Macapá. *Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 12, n. 2, 2015.

PONTES, L. *Espaço (em) aberto: brechas à reinvenção do projeto e da paisagem, um estudo sobre a cidade de Macapá*. 2021. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ (PMM). Lei n. 26, de 4 de fevereiro de 2004. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá e dá outras providências. Macapá: Prefeitura Municipal, 4 fev. 2004. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-macapa-ap>. Acesso em: 20 set. 2023.





QUEIROZ, S. *Território quilombola do Curiaú e área de proteção ambiental do Rio Curiaú: interpretações dos conflitos socioambientais pela economia ecológica*. 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PARÁ (SECULT). *O Pará por Augusto Montenegro*. Paris: Imprimerie Chaponet (Jean Cussac), 1908.

SPIRN, A. *O jardim de granito*. São Paulo: Edusp, 1995.

TOSTES, J. *Planos Diretores no estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional*. Macapá: Tostes Editora, 2006. 192 p.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 1998.

